



O que mudou em 13 anos de Código do Trabalho
– atualização de conhecimentos de legislação laboral

10-11
março
9h30-18h00

VidaEconómica
Business School

Informações: Ana Bessa | Email: anabessa@vidaeconomica.pt | ☎ 223 399 427/00 | www.vebs.pt

Nº 1921 / 4 de março 2022 / Semanal

FUNDADOR: João Peixoto de Sousa DIRETOR: João Luís Peixoto de Sousa

VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

www.vidaeconomica.pt



PUB

SUPLEMENTO FEPIANO

João Moreira Rato afirma
“É necessário
manter a disciplina
orçamental”

Págs. 8 a 10

SUPLEMENTO AGROVIDA

Agricultura,
agroalimentar
e florestas colocam
exportações
portuguesas em alta

Pág. III

ATUALIDADE

Santo Tirso capta
mais de 315 milhões
de investimento

Pág. 20

Rendas das casas
em Lisboa voltam
a subir

Pág. 3

GEORGE
CAREER CHANGE
WWW.GEORGE.PT

PUB

Ativos russos ocultos no estrangeiro valem mais de 1500 mil milhões de dólares

Guerra na Ucrânia agrava preço da energia e afeta o crescimento

Pág. 5



Eurodeputada Maria da Graça Carvalho considera

Fundos estruturais devem privilegiar indústria e empresas

- “Recuperar a autonomia e liderança europeia na produção é um desafio”

Págs. 12 e 13



Adão Ferreira, secretário-geral da AFIA, afirma

Subida dos salários deverá estar em linha com os ganhos de produtividade

Págs. 6 e 7

PUB

arkeyvata
ata na hora
www.arkeyvata.com

O SEU LIVRO DIGITAL DE ATAS
CRIE, GIRA, ASSINE E ARQUIVE
AS SUAS ATAS ONLINE



EURODEPUTADA MARIA DA GRAÇA CARVALHO CONSIDERA

Fundos estruturais devem privi

Recuperar a autonomia e liderança europeia na produção, dando especial atenção às cadeias de abastecimento, ao acesso a matérias-primas e a componentes essenciais, como é o caso dos microprocessadores. Estas são algumas ideias que Maria da Graça Carvalho irá defender no parecer sobre a Estratégia Industrial, para o qual foi nomeada relatora. A eurodeputada do PSD defende que os incentivos do PRR devem ser direcionados para a indústria nacional, que continua condicionada pela burocracia, morosidade da justiça e carga fiscal. Maria da Graça Carvalho considera ainda que os fundos estruturais não devem financiar despesa corrente, mas sim o investimento na indústria e nas empresas.

JOÃO LUÍS DE SOUSA
jlsousa@vidaeconomica.pt

Vida Económica - Para recuperar o atraso da Europa em termos de capacidade produtiva face à China e Estados Unidos, quais serão os setores prioritários?

Maria da Graça Carvalho - A Europa tem vindo a perder capacidade produtiva em diversos setores, porque durante muito tempo houve uma opção consciente por comprar feito em vez de produzir localmente. Esta opção teve consequências no mercado laboral, em que a indústria foi ultrapassada pelo comércio e serviços como principal empregador, teve consequências ao nível da perda de competências importantes e teve consequências, que ficaram muito claras durante a pandemia de Covid-19, ao nível da perda de autonomia estratégica. Recuperar a autonomia e liderança europeia na produção é um desafio que abrange muitos setores, mas devemos dar especial atenção às cadeias de abastecimento, ao acesso a matérias-primas e a componentes essenciais, como é o caso dos microprocessadores. Estas são algumas das ideias fortes que irei defender no parecer sobre a Estratégia Industrial, para o qual fui agora nomeada.

VE - De acordo com a sua análise, uma das razões do atraso da Europa deve-se a investimentos desadequados. Esse problema deve-se mais ao investimento público ou ao investimento privado?

MGC - O investimento público nem sempre tem sido devidamente planeado e sustentado. Em Portugal, infelizmente, é disso um exemplo. Mesmo no Plano de Recuperação e Resiliência recentemente aprovado, o Governo português pare-



“O Horizonte Europa é um instrumento absolutamente fundamental para a concretização de todas as grandes prioridades da União Europeia”, afirma Maria da Graça Carvalho.

ce ter preferido concentrar recursos em apostas que dão bons títulos de notícias, como o hidrogénio, em vez de criar incentivos que beneficiem os diferentes setores da indústria nacional, potenciando o que já fazemos bem e dinamizando áreas de grande importância estratégica nas quais precisamos de melhorar. Dito isto, é um facto que o investimento privado é importantíssimo e que, na Europa, este fica muito distante daquele que é, por exemplo, a realidade dos Estados Unidos. Precisamos de reforçar a cultura de investimento em investigação científica e inovação pelas empresas, e precisamos de o fazer procurando identificar os fatores que a estão a condicionar. Em Portugal, sabemos que existem problemas como a burocracia, a morosidade da justiça, a carga fiscal, que são travões ao desenvolvimento de um ecossistema favorável à inovação.

VE - A Europa tem o maior programa do mundo de apoio à inovação e investigação. O facto de continuar atrás da China e Estados Unidos significa que há outros fatores mais importantes do que os apoios públicos?

MGC - Existem sem dúvida outros fatores muito importantes, nomeadamente a criação desse ecossistema favorável à inovação. Contudo, o Horizonte Europa

é um instrumento absolutamente fundamental para a concretização de todas as grandes prioridades da União Europeia. Não concretizaremos a transição para uma economia verde, nem daremos o salto que ambicionamos dar no digital, sem uma forte aposta na investigação científica e na inovação. Se alguma coisa precisa de ser feita, é de reforçar ainda mais a capacidade científica da Europa e, sobretudo, de reforçar os benefícios que desta retiramos. Há inúmeros exemplos de excelente ciência feita na Europa que, muitas vezes, não temos a capacidade de aproveitar plenamente por nós próprios. As duas vacinas contra a Covid-19, baseadas na tecnologia de mRNA, são disso um bom exemplo. A ciência envolvida, desde a fase de investigação fundamental, é toda europeia, e foi apoiada por fundos da União Europeia. No entanto, foi preciso recorrer a grandes farmacêuticas norte-americanas na altura de lhe dar escala. Essa falta de escala, que está relacionada com o que referi nas questões anteriores, é o fator que mais tem pesado.

VE - Em alternativa ao sistema atual que incentiva a oferta de I&D, seria preferível incentivar a procura?

MGC - A investigação científica não é um fim em si mesmo. A meta final é

sempre contribuir para o desenvolvimento de soluções que tenham um impacto positivo nas nossas vidas, quer se trate de saúde, inteligência artificial e robótica, energia ou agroalimentar.

VE - Será melhor aumentar os recursos nos incentivos de gestão nacional ou concentrar os apoios nos sistemas de gestão europeia, como o Horizonte 2030?

MGC - Eu não vejo as coisas dessa forma, como uma opção entre uns e os outros. Os programas europeus, com o Horizonte Europa, são extremamente importantes porque definem linhas de atuação claras para a União Europeia no seu todo. Sem estes instrumentos, teríamos uma Europa (ainda mais) a vários ritmos, com índices de desenvolvimento humano, económico e tecnológico completamente díspares entre Estados-membros. Mas estes programas são acessíveis, de forma competitiva, a todos os países da UE. É verdade que devemos bater-nos para que esse acesso seja feito de uma forma equitativa. E eu tenho lutado muito por isso, nos diversos instrumentos do Horizonte Europa de que sou ou fui relatora, como por exemplo nas parcerias público-privadas, procurando introduzir mais abertura, simplificação no acesso e equilíbrio na distribuição geográfica dos projetos, não apenas entre países, mas também entre regiões. O que é fundamental é que depois sejam criadas sinergias entre estes programas e as diferentes

“O investimento público nem sempre tem sido devidamente planeado e sustentado”

legiar indústria e empresas

“Os chamados ‘empregos para a vida’ são cada vez mais raros”

linhas de financiamento, desde os fundos regionais aos nacionais, públicos e privados, para que cada país possa retirar o melhor partido possível do conjunto do financiamento disponível.

VE - Uma parte dos recursos financeiros disponibilizados pela União Europeia para inovação e investigação e desenvolvimento tem sido utilizado como financiamento para despesa corrente do Estado?

MGC - Em Portugal, infelizmente, temos tido essa tradição de recorrer a fundos estruturais para financiar a despesa corrente. Vimos isso acontecer, por exemplo, na educação, com os cursos profissionais do ensino secundário, e não é caso único. Obviamente, essa prática não é positiva, porque não só cria ins-

tabilidade nessa oferta formativa como consome recursos que deveriam ser utilizados para fazer investimentos, por exemplo, nas empresas e na indústria. Não estou a dizer, com este exemplo, que não se deva investir na educação – aliás, Portugal precisa de o fazer. Nomeadamente nas competências digitais. O que não faz sentido é que se recorra a fundos europeus concebidos com outros fins para mascarar a falta de investimento que deveria estar a ser feito através das verbas do Orçamento do Estado.

VE - Segundo refere, a perda de capacidade produtiva na Europa deve-se ao excesso de burocracia. O problema está mais na burocracia europeia ou na burocracia dos Estados-membros?

MGC - Persistem diversas barreiras não tarifárias, entre as quais barreiras burocráticas, que estão a impedir-nos de beneficiarmos plenamente deste mercado [Mercado Único]. E que estão a condicionar o crescimento da nossa indústria e das nossas empresas. Poderia dar vários exemplos, mas basta pensarmos na contratação pública. Continua a ser extremamente difícil para uma empresa de um Estado-membro conseguir competir, em condições de igualdade, por um con-

trato noutro país, por mais que esse país saísse beneficiado com os seus serviços. Podemos pensar, em cada Estado-membro, que estamos a proteger as empresas nacionais, mas o que estamos a fazer, na realidade, é a impedi-las de aproveitarem oportunidades de crescimento num mercado bem maior do que o doméstico.

“Portugal precisa de flexibilidade”

VE - Uma das mudanças que sugere está no aumento de flexibilidade. Pensando em Portugal, em que áreas considerará mais urgente aumentar a flexibilidade?

MGC - Quando apelo a maior flexibilidade, estou a falar, sobretudo, dos diferentes mecanismos e instrumentos de financiamento da União Europeia. As regras de acesso e as áreas de atuação são por vezes restritivas, e isso tem consequências ao nível de quem consegue aceder a esses financiamentos e das respostas que podem ser dadas a desafios concretos. Por exemplo, fui relatora da agenda estratégica do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT) e, na sequência da pandemia de Covid-19, conseguimos que fossem adotadas emendas que permitiram ao EIT e às suas comunidades de

conhecimento e inovação responderem a necessidades concretas, nomeadamente na área da saúde. Portugal também precisa de flexibilidade, desde logo na resposta que as entidades públicas dão às necessidades e expectativas das empresas, em particular as PME e as empresas inovadoras, mas essa é uma outra conversa.

VE - Em relação à aposta em formação e qualificação, considera mais importante envolver o sistema público de ensino ou as empresas?

MGC - O mais importante é mesmo reforçar a interação entre o ensino e as empresas. Estas últimas precisam de trabalhadores qualificados em diferentes áreas e de atualizar os conhecimentos dos recursos humanos de que dispõem. Ao mesmo tempo, podem dar um contributo muito importante à sociedade, oferecendo a componente mais prática do processo de aprendizagem. E para os cidadãos, numa época em que os chamados “empregos para a vida” são cada vez mais raros, é importante ter uma formação de base que abra várias perspetivas, com uma componente muito prática desde o início, voltada para a resolução de desafios reais, e ter a oportunidade de evoluir permanentemente.

PUB

VidaEconómica
Business School

b.law
Formação Jurídica para Negócios e Empresas

17 março
14h00-17h30



Definir com rigor técnico-jurídico o conceito de “acidente de trabalho”, através de diversos exemplos práticos (tendo por base decisões dos tribunais nessa matéria), dar a conhecer as obrigações do empregador, nomeadamente, como deve reagir nas primeiras 24 horas após o acidente (e respetivas formalidades/obrigações de comunicação associadas), analisar o conceito à luz da nova realidade do teletrabalho, são os grandes objetivos desta formação.

Formador

Inês Cabral Ferreira,
Associada Principal, na Morais Leitão,
Galvão Telles e Soares da Silva e
Associados

PREÇOS

Público Geral: €77*

Assinantes: €70*

* Acresce IVA a taxa em vigor

Acidentes de trabalho: noções essenciais

PROGRAMA

- | | |
|---|--|
| 1 - Enquadramento atual | 4 - Responsabilidade agravada do empregador |
| 2 - Conceito de acidente de trabalho
Definição - Extensão do conceito: o acidente in itinere | 5 - Obrigações do empregador: como reagir a um acidente de trabalho? |
| 3 - Descaracterização do acidente de trabalho | 6 - Teletrabalho e acidentes de trabalho |

Informações/Inscrições Ana Bessa (Dep. Formação) | Vida Económica - Editorial SA.

Rua Gonçalo Cristóvão, 14 R/C 4000-263 Porto | ☎ 223 399 427/00 | Email: anabessa@vidaeconomica.pt | www.vebs.pt